



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

9447

Presidente da Mesa Diretora: Cláudio Ribeiro Prates

Espécie: Projeto de Lei

Categoria: Normas, Obrigações, Proibições e Regulamentos

Autoria: Wilton Afonso Dias Soares

Data: 01/08/2017

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 48/2017. Dispõe sobre a publicidade do artigo 267, da Lei Federal nº 9.503, de 23/09/1997 (Código Brasileiro de Trânsito – CBT), em notificações e multas emitidas pela Empresa Municipal de Planejamento, Gestão e Educação em Trânsito e Transporte de Montes Claros (MCTTRANS). (Referente à Lei nº 5.001, de 22/09/2017).

Controle Interno – Caixa: 17.1

Posição: 44

Número de folhas: 05

Espécie: P.L
Categoria: Normas
Ex: 17.1
Ordem: 44
Nº folhas: 03

Nº 47/2017



19.09.2017

Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº 48/2017

AUTOR:

Wilton Dias.

Lei nº 5.001, de 22/09/2017

ASSUNTO:

Dispõe sobre a Publicidade do Art. 267²⁶⁷ da Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código Brasileiro de Trânsito - CBT) em Notificações e Multas Emitidas pela Empresa Municipal de Planejamento, Gestão e Educação em Trânsito e Transporte de Montes Claros (MCTTRANS).

MOVIMENTO

- 1 -
- 2 -
- 3 -
- 4 - Comissão de Legislação e Justiça.
- 5 - APROVAÇÃO REGRAS DE URBEM
- 6 - C.A. EM 19.09.2017
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Gabinete vereador Wilton Dias
Primeiro Secretário

PROJETO DE LEI Nº 48 /2017

Dispõe sobre a Publicidade do art. 267 da Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro – CTB) em notificações e multas emitidas pela Empresa Municipal de Planejamento, Gestão e Educação em Trânsito e Transporte de Montes Claros (MCTRANS).

O Povo do Município de Montes Claros – MG, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e o Prefeito Municipal, em seu nome sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º – Fica obrigada a publicidade do art. 267 da Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro – CTB) pela Empresa Municipal de Planejamento, Gestão e Educação em Trânsito e Transportes de Montes Claros (MCTRANS), nas notificações e multas geradas e aplicadas pela MCTRANS, emitidas em razão de infração de natureza leve ou média.

Art. 2º – Para o cumprimento do art. 1º deverá constar, impresso, nas notificações e multas, o seguinte texto: **“ATENÇÃO, DE ACORDO COM O ART. 267 DA LEI 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997 (CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO – CTB), PODERÁ SER IMPOSTA A PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA POR ESCRITO À INFRAÇÃO DE NATUREZA LEVE OU MÉDIA, PASSÍVEL DE SER PUNIDA COM MULTA, NÃO SENDO REINCIDENTE O INFRATOR, NA MESMA INFRAÇÃO, NOS ÚLTIMOS DOZE MESES, QUANDO A AUTORIDADE, CONSIDERANDO O PRONTUÁRIO DO INFRATOR, ENTENDER ESTA PROVIDÊNCIA COMO MAIS EDUCATIVA”**.

Parágrafo único – O texto, que se refere o *caput* deste artigo, deverá ser impresso de forma legível, para que o autuado possa exercer o seu direito.

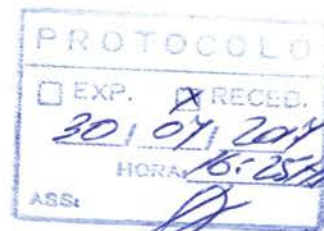
Art. 3º – O não cumprimento da determinação prevista no art. 2º desta Lei, incidirá em procedimento administrativo para apuração de responsabilidade.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões da Câmara Municipal, 01 de agosto de 2017.


Vereador – Wilton Dias

Wilton Afonso Dias Soares
Vereador
Primeiro Secretário



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
E JUSTIÇA
EM 01 DE AGOSTO DE 2017

PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
APROVADO EM _____ DISCUSSÃO POR
RÉGIME DE URGÊNCIA
EM 19 DE SETEMBRO DE 2017

PRESIDENTE



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ASSESSORIA LEGISLATIVA

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 48/2017 QUE “Dispõe sobre a publicidade do art. 267 da Lei 9.503, de 23 de setembro de 1.997 (Código de Trânsito Brasileiro – CTB) em notificações e multas emitidas pela Empresa Municipal de Planejamento, Gestão e Educação em Trânsito e Transporte do Montes Claros (MCTRANS).” de autoria do Vereador Wilton Afonso Dias Soares.

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

O projeto em comento tem como objetivo tornar obrigatório que a MCTRANS conste nas autuações e multa o teor do Art. 267 do CTB.

A Constituição Federal permite ao Município Legislar sobre assuntos de interesse eminentemente locais, como no caso presente.


Não se vislumbra a criação de despesas ou novas obrigações, isto porque o referido projeto de lei tem como escopo inserir, nas autuações que já serão impressas, portanto não criando novas despesas, dispositivo de Lei Federal já existente, não criando, portanto, novas disposições legais.

Por fim, não se trata de legislar em matéria de trânsito, isto porque o projeto apenas insere uma mensagem nas autuações, sem alterar as informações exigidas por lei para torná-lo um instrumento legal.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto em questão é constitucional, legal e atende à forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 02 de agosto de 2017.


Luciano Barbosa Braga
Assessor Legislativo
OAB/MG 78605



Câmara Municipal de Montes Claros - MG
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 48/2017

AUTOR: Ver. Wilton Dias

MATÉRIA: “Dispõe Sobre a Publicidade do Art. 267 da Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro – CTB) em notificações e multas emitidas pela Empresa Municipal de Planejamento, Gestão e Educação em Trânsito e Transporte de Montes Claros MCTRANS.

I- RELATÓRIO

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 02/08/2017, com entrada na Sala das Comissões no dia 04/08/2017.

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, emitir parecer sobre a legalidade, constitucionalidade e forma técnica de redação do projeto.

II – FUNDAMENTAÇÃO

O projeto de lei, em análise, dispõe sobre a Publicidade do Art. 267 da Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro – CTB) em notificações e multas emitidas pela Empresa Municipal de Planejamento, Gestão e Educação em Trânsito e Transporte de Montes Claros MCTRANS..

Esta Comissão verifica a proposição trata de assunto de interesse local, não incide em vício de iniciativa e nem contraria normas legais e/ou constitucionais, até porque não cria nem despesas nem novas atribuições/funções para a MCTRANS, apenas a inserção de uma mensagem, qual seja, um artigo do Código de Trânsito Brasileiro.

III – CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta Comissão conclui pela legalidade e constitucionalidade do referido projeto de lei e o mesmo atende a forma técnica de redação.

Sala das Comissões, 04 de agosto de 2017.

Presidente: Ver. Valcir Soares Silva _____

Vice-Presidente : Ver. Martins Lima Filho _____

Relator: Ver. Ailton Soares dos Reis: _____

